DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ADQUIRIR, POR DESAPROPRIAÇÃO, BENS IMÓVEIS URBANOS, ABRE O RESPECTIVO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º ? Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por desapropriação, amigável ou judicial, pelo valor de R\$ 1.098.038,05 (hum milhão, noventa e oito mil, trinta e oito reais e cinco centavos), conforme avaliação realizada pela Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 089/2009, imóveis urbanos localizados na sede municipal e demais bens e edificações existentes sobre os mesmos, pertencentes a Clinicas Médico Cirúrgicas Patino Cruzatti Ltda e ao espólio de Miguel Angel Patiño Cruzatti, conforme especificados:

I ? Lote Urbano nº 05/06/09, da quadra nº 158, com área de 1.780,00 m², situado na Rua 12 de Outubro, centro, neste Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes confrontações e medidas: NORDESTE: com Lotes Urbanos nºs 10A e 10, em 40,00 metros; SUDESTE: com Lotes Urbanos nºs 02 e 11, em 44,50 metros; NOROESTE: com a Rua 12 de Outubro, em 44,50 metros; SUDOESTE: com a parte central do Lote Urbano nº 01/05, em 40,00 metros, declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 173/2010, de 28 de junho de 2010;

II ? Lote Urbano nº 05, da quadra nº 158, com área de 620,00 m², situado na Rua 12 de Outubro, centro, neste Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes confrontações e medidas: NORDESTE: com parte Nordeste do Lote Urbano nº 01/05, em 40,00 metros; SUDESTE: com partes Sudoeste e Sudeste do Lote Urbano nº 01/05, em 40,00 metros; NOROESTE: com a Rua 12 de Outubro, em 15,50 metros; SUDOESTE: com o Lote Urbano nº 02, em 15,50 metros, declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 173/2010, de 28 de junho de 2010;

Art. 2º ? Os bens, objetos da presente Lei, serão destinados para implantação do Hospital Municipal.

Art. 3º ? Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, também autorizado a oferecer e dar em forma de pagamento o valor de R\$ 1.098.038,05 (hum milhão, noventa e oito mil, trinta e oito reais e cinco centavos), sendo R\$ 398.038,05 (trezentos e noventa e oito mil, trinta e oito reais e cinco centavo) na data da assinatura do Termo, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) dia 10 de agosto de 2011, R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) dia 10 de março de 2012 e R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) dia 10 de agosto de 2012.

(Segue/Fls.02)

(Projeto nº 014/2011, de 1º/04/2011 ? Fls.02)

Art. 4º - Para atender ao disposto nesta Lei, fica alterada a programação constante dos Anexos I e II, do Plano Plurianual e Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias ? LDO, para o corrente exercício, dos Programas e Ações previstos nesta Lei.

Art. 5º ? Fica igualmente o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir, no corrente exercício, um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), visando a aquisição de imóvel, de acordo com a seguinte classificação:

02.000 ? PODER EXECUTIVO		
02.014 ? Fundo Municipal de Saúde		
02.014.10.302.0045.2132 ? Manutenção do Hospital Municipal		
4.0.00.00.0000 ? DESPESAS DE CAPITAL.		
4.4.00.00.0000 ? Investimentos		
4.4.90.00.0000 ? Aplicações Diretas		
4.4.90.61.0000 ? Aquisição de Imóveis ? Fonte 3.000.....	R\$	550.000,00
S o m a	R\$	550.000,00
T O T A L	R\$	550.000,00
		=====

Art. 6º ? Servirá de recurso para a cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo anterior, na forma do Artigo 43, § 1º, Incisos I, da Lei Federal nº 4.320/64, os recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior, Fonte 3.000, no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

Art. 7º ? Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 06 de abril de 2011.